

# **ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES**

## **CONCURSO PARA JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DO ESTADO DE MINAS GERAIS - 2006**

### **PROVA DE DIREITO CONSTITUCIONAL**

Examinador: Desembargador Kildare Gonçalves Carvalho

#### **Instruções gerais:**

- 1) Não há necessidade de se estender demasiadamente sobre a matéria, devendo as respostas ser claras e objetivas.
- 2) Não transcrever dispositivos constitucionais ou legais, bastando a referência àqueles pertinentes às respostas.

#### **Questão nº 1 (20 pontos)**

Dissertar sobre “Sistema Eleitoral”, observando-se o seguinte roteiro:

- 1) conceito de sistema eleitoral;
- 2) tipos de sistemas eleitorais:
  - a) majoritário;
  - b) proporcional;
  - c) misto;
  - d) de lista fechada;
  - e) de lista flexível;
  - f) de lista aberta;
  - g) de lista livre.
- 3) O sistema eleitoral no Brasil.

**Questão n° 2** (20 pontos)

No âmbito do controle de constitucionalidade e da jurisdição constitucional, o que se entende por processo subjetivo e por processo objetivo? Enuncie e explique as características de cada um deles, avaliando a repercussão de ambos no regime democrático e na autonomia do Poder Judiciário brasileiro.

**Questão n° 3** (20 pontos)

A Câmara Municipal de determinado Município, em Minas Gerais, aprovou projeto de lei, de iniciativa de vereador, que alterava a lei orgânica do Município, para fixar o mandato de membro da Mesa da Câmara Municipal em um ano, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

No curso da tramitação legislativa, houve parecer de comissão própria, da Câmara Municipal, sustentando a constitucionalidade do texto em razão da autonomia municipal.

O projeto de lei não foi submetido à sanção do Prefeito, tendo sido a lei promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal.

O Procurador-Geral de Justiça ajuizou ação direta de inconstitucionalidade, perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, alegando a inconstitucionalidade da lei, por vício formal, já que não submetido o projeto à sanção do Prefeito, e vício de conteúdo, por violação à simetria federativa e aos padrões jurídicos que tratam do processo legislativo.

Foram apontados como violados os arts. 53, § 3º, II (com a redação que lhe foi dada pela Emenda à Constituição n.64/2004), 70 e 165, § 1º, todos da Constituição do Estado de Minas Gerais.

O Presidente da Câmara Municipal, embora regularmente notificado, não apresentou informações acerca da lei impugnada.

Explícite as razões que o levam ao acolhimento ou não do pedido.

**Questão nº 4** (20 pontos)

Relativamente à decisão judicial em mandado de injunção, explique as posições:

- a) concretista;
- b) concretista geral;
- c) concretista individual;
- d) não concretista.

**Questão nº 5** (20 pontos)

No domínio da teoria do poder constituinte, em que consiste:

- a) o poder constituinte material;
- b) o poder constituinte formal;
- c) o poder constituinte derivado;
- c) a mutação constitucional.